



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Envelhecimento

**ENVELHECIMENTOS E VELHICES NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL:
IMBRICAMENTOS DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA/ETNIA E AGEÍSMO
NO ACESSO E GARANTIAS DE DIREITOS**

SOLANGE MARIA TEIXEIRA¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir como as desigualdades sociais de classe, gênero e raça/etnia incidem no fenômeno do envelhecimento e velhice, em especial, na sociabilidade do capital, marcando-a por heterogeneidade e homogeneidade nos grupos que vivenciam as mesmas condições materiais e imateriais de existência. Trata-se de um estudo teórico com literatura intencionalmente selecionada. Conclui que os acessos ou não às políticas públicas, aos bens e riquezas está condicionado por estas desigualdades estruturantes.

Palavras-chaves: Envelhecimento; Desigualdades sociais; Proteção Social.

ABSTRACT:

The article aims to discuss how social inequalities of class, gender and race/ethnicity affect the phenomenon of aging and old age, in particular, the sociability of capital, marking it by heterogeneity and homogeneity in groups that experience the same conditions material and immaterial existence. This is a theoretical study with intentionally selected literature. It concludes that access or not to public policies, goods and wealth is conditioned by these structuring inequalities.

Keywords: Aging; Social inequalities; Social Protection.

INTRODUÇÃO

As abordagens universalizantes do envelhecimento e velhices e das políticas sociais, sob a pretensa igualdade de direitos, da cidadania universal, mascarou as diversificadas formas de

¹ Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

viver e experimentar a velhice, os impedimentos reais dos grupos da classe trabalhadora de acessar aos bens e serviços criando pela sociedade capitalista, a negação de direitos fundamentais de pessoas cuja trajetória de vida foi e é marcada pelo imbricamento de inúmeras desigualdades sociais, raciais, de gênero e etária.

As lutas sociais da classe trabalhadora, do feminismo negro, das pessoas idosas ou de organizações não governamentais nacionais e internacionais que vocalizam suas demandas na cena pública vêm impactando nos atendimentos de algumas demandas, via políticas sociais. Porém, estas ainda têm pouca abertura para lidar e reduzir aquelas desigualdades ao silenciarem ou tornar invisíveis seus imbricamentos e/ou cruzamentos, geradas pela exploração, opressão e dominação.

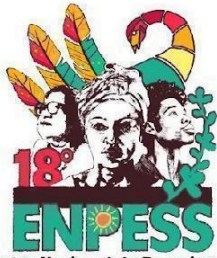
O apagamento da diversidade, das diferenças ou seu uso para inferiorizar, oprimir, violar direitos, violentar, classificar, tem um fim ideológico, trata de uma dominação ideológica da classe dominante, fundamentada na ciência eurocentristas, elitista, colonialista.

Essa contatação não significa recusa das políticas universalizantes, mas da necessidade destas políticas e no seu interior de programas e serviços focalizados nos que historicamente foram vítimas deste sistema excludente, logo, a articulação entre universalidade e focalização, com universalização nos segmentos focalizados e não seletividade entre eles. Ou seja, justiça e equidade social para não reproduzir desigualdades sociais, isto é, dar mais a quem tem menos, a quem foi negado acessos pela cor da pele, pelo sexo, pela sexualidade, pela idade e origem de classe.

O objetivo deste artigo é ampliar as discussões sobre envelhecimento e velhices numa perspectiva de ruptura com a ciência positivista, produzindo um saber decolonial, crítico, aberto e capaz de captar as múltiplas dimensões da realidade estudada. Aponta a lugar das políticas sociais na longevidade, seu desmonte no capitalismo financeiro neoliberal e a necessidade das lutas sociais, das resistências, como força antagônica e de oposição a esta ordem social.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DAS VELHICES

A discussão aqui apresentada parte de uma análise que busca superar o naturalismo biológico do envelhecimento e velhice, como etapa da vida natural, parte de um ciclo de vida formal, abstrato, no qual todas as pessoas atravessam e vivenciam da mesma forma. Merece ressalva que não desconsideramos a base biológica do envelhecimento que é ontológica, mas que o ser social a reconstrói, tornando-a condição humana, envolta de necessidade sociais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

próprias das relações sociais de uma determinada época e tipo de sociedade.

O envelhecimento e a velhice como processos históricos-sociais que incidem nos condicionantes biológicos e psicológicos, formam um todo. Esses condicionantes ou determinantes se entrelaçam, formam simbioses, incidindo um sobre os outros. Como destaca Beauvoir (1990, p.16), “[...] não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la”. Há uma dialética entre as dimensões do biopsicossocial do envelhecimento.

Portanto, estes processos e fase da vida definida como velhice são construções histórico-sociais. De acordo com Campelo e Paiva (2014, p.37) “[...] a velhice é desvelada como um processo não meramente natural, não essencialmente causal. Na medida em que está condicionada pelas relações sociais, isto é, pela estrutura de classes, que se sobrepõe aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano”, ou seja, arremata a autora “no âmbito das sociedades de modo de produção capitalista, a velhice é também uma construção social (p.36)”

Para Magalhães (1989, p. 20)

[...] Somos levados a concluir que a velhice e o envelhecimento são socialmente construídos. A partir do referencial biológico, fatores não biológicos marcam profundamente o ritmo, a natureza, a estrutura, funções e significações da velhice, a ponto de perguntarmos se a velhice não é antes de tudo uma entidade criada em um processo social em que alguns atribuem a outros pesos e medidas.

Vale ressaltar que a noção de construção histórico-social supera a noção pós modernista e pós-estruturalista atribuída as práticas discursivas em diferentes campos de poderes, para incluir no centro das análises as condições sociais de existência diferenciada entre as classes sociais que criam processos e formas de viver, experimentar e representar a velhice, sendo necessariamente plural, porque estas condições são diversificadas entre as classes e com diferenciações entre as frações de classes. Além disso, atribui aos sujeitos coletivos e as suas práticas, no embate dos antagonismos de classe, a direção do processo histórico. Como ressaltava Marx e Engels (1988, p.15), “a luta de classes é o motor da história”, logo, mudanças e permanências são atribuídas aos sujeitos coletivos em lutas e não apenas a um movimento de estruturas, mas de relações que se tornam estruturadoras e estruturantes, porque podem ser alteradas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesta perspectiva da totalidade social, o envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional, heterogêneo, vivido de formas variadas, embora sejam possíveis certas universalizações (homogeneizações), pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida.

Para Teixeira (2009), a demografia com base na idade cronológica e em dados absolutos, que expressam médias, camufla e oculta a variedade, a pluralidade dos modos de envelhecer e as desigualdades oriundas dessas diferenças. Assim, como a definição desta fase da vida pela demografia e cronologia.

A análise das multideterminações ou condicionantes no processo do envelhecimento, de forma histórica e dialética, permite que se fuja dos singularismos e dos universalismos generalizantes, ao abordar como esses fatores se entrecruzam, se complementam e se articulam sob determinações da sociabilidade capitalista.

Assim, não se trata de individualizar o processo de envelhecimento, em nome da diferença e da heterogeneidade. Nem o contrário, calar as singularidades em oposição ao universalismo das análises demográficas, cronológicas e biológicas, mas de resgatar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade. Nas análises do envelhecimento humano, trata-se de abrir-se para a diversidade e as condições históricas, socioeconômicas e socioculturais que possibilitam algumas homogeneizações, como a condição de classe dos indivíduos, diferenciando os que tem os meios de produção dos que tem apenas a sua força de trabalho. As classes não são totalmente homogêneas internamente e tem diferenças de gênero, raça e etnia estruturadoras da vida social, com peso de relações sociais. Por sua vez, as desigualdades e assimetrias de gênero não são vividas, experimentadas e reproduzida pelas mulheres da mesma forma, como destaca Biroli (2018, p.23) “*a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero*. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero² que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe.”

Assim, além das diferenças os indivíduos são moldados pelas desigualdades sociais que limitam o desenvolvimento de suas capacidades humanas, em que as diferenças são usadas como princípios de hierarquias e de privilégios. Nesta perspectiva, exploração se soma a todos os tipos de opressão e dominação usados para diminuir, subalternizar, oprimir e impor a visão dominante.

² Como destaca Biroli (2028, p.22), o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Embora nem todas as desigualdades sociais sejam decorrentes da relação capital/trabalho ancorada na exploração, elas (desigualdades) são, entretanto, na sociabilidade do capital agravadas, agudizadas e exponenciadas por esta ordem e são mediações para a compreensão do fenômeno na sua totalidade, como síntese de múltiplas determinações. Nesta ordem, o sexismo, o racismo, o patriarcalismo, o ageísmo são formas de classificar, subalternizar pessoas, de explorar ou superexplorar ou ainda jogar no excedente ou no pauperismo absoluto.

O racismo definido como a “crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (Munanga, 2003, p. 24) é uma construção histórico-social e cultural ancorada na supremacia de uma determinada raça/etnia sobre outras, crença na superioridade branca e inferioridade negra.

Logo, como destaca Eurico (2022, p.1-2) a categoria étnico/racial não deriva da concepção biológica, mas da vida em sociedade, “de uma sociabilidade a quem se atribui valores positivos ou negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco”, com fins de dominação e opressão.

O racismo se ancora num conjunto de atributos físicos, intelectuais, culturais e religiosos para diminuir, inferiorizar, hierarquizar que incide sobre as possibilidades reais de acesso a bens e serviços criados socialmente, para os grupos sociais marcados por estes traços.

O racismo está sustentado na naturalização da inferioridade dos “outros” não brancos, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e não uma construção histórico-social a partir de fenótipos como cor da pele, formato do nariz, a espessura dos lábios, quanto maiores estes traços, maior é a discriminação, inferiorização e a limitação de acessibilidade social e econômica.

As desigualdades sociais, portanto, não incidem sobre todos os explorados e excluídos (por compor os excedentes de força de trabalho) da mesma forma independente do sexo e sexualidade, da cor da pele e da origem étnica. Outras mediações permitem apontar situações em que estas desigualdades são ainda mais incidentes, como classe, gênero e raça/etnia, à medida que são as categorias estruturadoras da vida em sociedade de classes, que geram opressões e limitam acessos ou definem os lugares sociais ocupados por cada grupo.

Para Birolí e Miguel (2018, p. 41), “[...] a convergência entre essas variáveis [classe, gênero e raça/etnia] estabelece uma pirâmide na qual a base é formada por mulheres negras, com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos”. Devem ser incluídas nesta base da pirâmide as mulheres trans e negras, com baixa expectativa de vida e em situação de prostituição compulsória posta por sua condição



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social e sexual; mulheres idosas negras, da periferia com seus filhos e netos que formam verdadeiros matriarcado da pobreza em que todos vivem do benefício que esta recebe, geralmente, viúvas ou divorciadas ou sem companheiro.

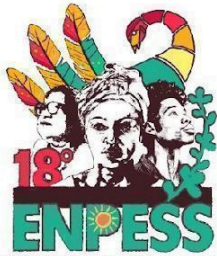
Autoras como Crenshaw (1999) e Akotirene (2020) trabalham com o paradigma da interseccionalidade, para tratar das opressões cruzadas e convergentes na reprodução das desigualdades, cuja figura de ruas, avenidas e seus cruzamentos representam o desenho das situações em que as desigualdades se cruzam e são exponenciadas. Autoras como Kergoat (2010), Hirata (2014) e outras feministas marxistas trabalham com a noção de consubstancialidades ou imbricamentos para fugir do desenho matemático, mas a noção de simbioses utilizada por Safiotti (2004) expressa bem o que todas propõem.

As análises do envelhecimento humano vêm utilizando a expressão ageísmo/idadismo como situações de discriminação, preconceitos e estereótipos criados socialmente para se referir as pessoas pela idade; segundo o Relatório Mundial sobre Idadismo (OMS, 2022, p.) “surge quando a idade é usada para categorizar e dividir

as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças, e para arruinar a solidariedade entre as gerações”. Entretanto, o idadismo não incidem sobre todos independentemente das condições de existência, gênero, raça e etnia. Assim, é possível o imbricamento entre estes, assim, ageísmo, sexismo, racismo e classicismo/capitalismo são formas de opressões, hierarquizações, assimetrias que diminuem as pessoas diante de outras.

Benedito (2022) defende que em relação à classe trabalhadora envelhecida o ageísmo é estrutural, decorre das relações de exploração, que os levam a protagonizar a “tragédia” na velhice, pois, condenam estes a vivenciar todas as formas de discriminação, como de improdutividade, de serem estorvos para a família e sociedade, custos para as políticas públicas, e sofrem a violação dos seus direitos fundamentais. A autora trabalha o imbricamento com raça e gênero para mostrar as maiores desvantagens sociais entre mulheres idosas, negras e pobres.

Como destaca Akotirene (2020, p.27) “velhice é como a raça é vivida; e classe raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo”, porque são vítimas de expropriações, explorações ao extremo, falta de proteção social, de oportunidades e com envelhecimento prematuro. “Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; [...]” (p.26), com uma posição de classe nas frações mais empobrecidas e excluídas. Em relação à geração, elas são infantilizadas, “porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria” (p.27).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, as mulheres idosas, negras e de periferia são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento de opressões, estruturas de dominação, além da exploração ou da vivência permanente na superpopulação relativa, população excedente, criada pelas necessidades do capital. Essas estruturas de dominação são os modernos aparatos coloniais, imperialistas, como o racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e o ageísmo, marcado pela inseparabilidade estrutural que o paradigma da interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica, segundo Akotirene (2020).

Essas ideologias e práticas sexistas, racista, ageístas reduzem o acesso aos bens e serviços criados pela sociedade da expansão e riquezas, como as oportunidades de gozo de saúde, da longevidade, do bem-estar, do acesso às políticas públicas nestas garantias.

Segundo Menezes³(2019, p.1), “somente 7,9% das pessoas com mais de 60 anos no país são pretas. Pardos representam 35,3% e brancos 55,1%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Isso porque envelhecer para a população negra é um grande desafio no Brasil, uma vez que segundo a autora, a maior parte dos óbitos neonatais é de crianças negras (pretas e pardas), além dos altos índices de mortalidade por situação de violência entre a juventude negra, somando 70% das vítimas de homicídio.

Os/as negros/as da classe trabalhadora também são os que tem maior índice de pobreza por escassez de inclusão no mercado formal de trabalho, restando os trabalhos precários e informais de menor renda, dificuldades de acesso e permanência na escola, universidades e maiores índices de analfabetismo.

A situação econômica em que essa população se encontra, é criada socialmente pela sociedade capitalista que limita as oportunidades de mobilidade social para eles em qualquer faixa etária, como acesso a empregos estáveis e protegidos, crédito, propriedade, terra, educação formal, ocasionando formas precárias de existência como acesso a áreas sem ou com escasso saneamento básico, alimentação inadequada e insuficiente, falta de cuidados de saúde básica e hospitalares, dentre outros. O resultado é a redução da expectativa de vida, baixa sobrevivência após os 60 anos, pouco acesso ao direito à longevidade.

Os dados do relatório das desigualdades raciais apontam que a expectativa de vida entre os negros é de 67,6 anos, pardos 68 anos, brancos 74 anos, com diferenças entre os sexos e entre os percentis de renda (Paixão *et al.*, 2011).

Mas, seria o envelhecimento um problema social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico acelerado da população idosa, pela

³ Vê no site <https://longevidade.ind.br/noticia/os-desafios-para-garantir-longevidade-da-populacao-negra/>

restrição de papéis sociais, familiares, trabalhistas, pela ampliação de demandas sociais?

3 QUANDO A VELHICE É UM PROBLEMA SOCIAL!

Conforme Teixeira (2008) a determinação de classe é o elemento central no detalhamento da problemática social do envelhecimento, determinada socialmente e culturalmente, sob a prevalência de um tipo de sociedade regida pelo trabalho abstrato que condena o trabalhador, não só a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, mas também as exclusões pelo critério de idade, a desvalorização social (idadismo, ageismos e outras discriminações), à pobreza (relativa ou absoluta), abandono, violação de direitos, dentre outras expressões da questão social.

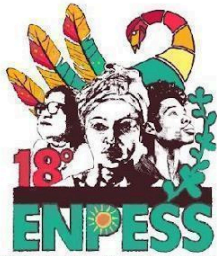
É o/a trabalhador/a que tem um envelhecimento e velhice perpassado por múltiplas manifestações da questão social que torna a velhice trágica para muitos deles, especialmente, os que historicamente compuseram os excedentes de força de trabalho.

Segundo Teixeira (2008) a sociedade do capital condena os/as trabalhadores/as a uma depreciação social que atinge toda essa classe, alienada e submetida às forças cegas da produção, sendo reduzida a força material de produção a um objeto destituído de qualidades e necessidades, ao longo de sua trajetória de vida. Mas, quando envelhecidos exacerba essa depreciação, por sua condição de classe e pela idade, promovendo as experiências negativas com o tempo, pela impossibilidade de controlá

lo, já que é expropriado pelos capitalistas.

Os/as trabalhadores/as, por não disporem dos meios de produção, de rendas advindas da propriedade e de riqueza socialmente produzida, capazes de garantir uma velhice digna (ativa, saudável, participativa), assim como de uma família com meios e recursos disponíveis para responder às dificuldades sociais vividas por grande parte deles - que impedem os familiares de prover cuidados e a subsistência do grupo -, nessas circunstâncias, esses idosos/as são, então, submetidos à pobreza, à dependência dos recursos públicos e privados, com velhices doentias, sem autonomia, independência, em situação de isolamento, solidão e quando são abandonados tornam se alvos de caridade e filantropia, mesmo dispondo de renda dos benefícios sociais.

Nem todos os envelhecimentos da classe trabalhadora são marcados por estas expressões da questão social, muitos ainda cuidam de suas famílias, são provedores principais destas, e, especialmente, os homens, ainda se casam e formam novas famílias, situação interdita as mulheres idosas, uma vez que a maioria, são viúvas, separadas/divorciadas, solteiras, sem companheiros. As mulheres idosas negras estão, segundo pesquisa Perseu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Abramo/SESC-SP (2020), entre as que tem menor porcentagem de situação civil de casadas ou com companheiros e quando necessitam de cuidados a principal pessoa de referência, contrário aos homens brancos que é a esposa e companheira, são os filhos e netos.

As expressões de terceira idade, melhor idade, como tentativas de ressignificar as velhices tais como são difundidas pelas organizações internacionais, pela gerontologia social e Estado invisibilizam os problemas sociais do envelhecimento da classe trabalhadora, especialmente, as frações que historicamente foram vítimas de processos de exclusão. A velhice saudável tratada como escolha, como hábito e estilo de vida camufla os processos estruturais de exploração e de dominação que tornam esta etapa da vida trágica, com inúmeras vulnerabilidades.

Como destaca Debert (1999, p.15) o sucesso surpreendente dessas iniciativas de envelhecimento ativo, saudável, participativo “é proporcional à precariedade dos mecanismo de que dispomos para lidar com a velhice avançada”, além de negar a velhice, invisibiliza as velhices atravessadas por múltiplas expressões da questão social e deixa lacunas nas políticas sociais no trato destes problemas, criando espaços para as organizações do terceiro setor oferecerem formas de respostas, geralmente precárias, mais necessárias pela retirada do Estado na oferta.

O ageísmo, portanto, não atinge a todos os idosos/as da mesma forma, na classe dominante ninguém é velho demais para continuar nos processos de decisões de empresas, de participação na política, na vida artística, intelectual/criativa, de formar novas famílias com os casamentos, dentre outros. As pessoas idosas da classe trabalhadora constantemente lhe é negado o direito à aposentadoria, pelas contrarreformas neoliberais, deixando sua sobrevivência a cargo das famílias, cada vez mais pobres e em situação de trabalhos precários. As mulheres idosas negras sofrem a sobreposição e cruzamento das desigualdades sociais de uma vida inteira, que não cessa na velhice.

Como destaca Akotiorene (2020, p.26), “é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas a seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas”. Assim, embora o ageísmo atinja as mulheres mais que os homens, “iniquidades e gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas, gênero inscreve o corpo racionalizados” (p.28), e também classista.

Insta esclarecer que as condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital, da produção para valorização do capital e não, de satisfação de necessidades humano-sociais, são geradoras de desigualdades sociais, pobreza, desemprego, população



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

excedente, vidas sem valor, desvalorizações e degradações sociais, logo, o envelhecimento não é um problema social, nem iguala a todos em problemáticas comuns.

As desigualdades sociais são reproduzidas e ampliadas no envelhecimento da classe trabalhadora, geralmente, para os/as trabalhadores/as pobres, cuja trajetória foi marcada por piores condições de vida e trabalho, que tiveram suas necessidades sociais rebaixadas, submetidas a mínimos sociais para sua sobrevivência e de sua família. Essa condição de classe é vivida de forma diferenciada conforme o sexo/sexualidade, cor da pele, origem étnica, dentre outras. O imbricamento de classe, gênero, e raça/etnia é a situação em que incide maior nível de desigualdades sociais e marca a trajetória histórica do cruzamento de opressões, dominações e explorações nas sociedades de classe.

Todavia, vivemos o fenômeno da longevidade em massa. A classe trabalhadora também está envelhecendo, embora, ainda não seja um privilégio de todos os povos,

como dos países mais pobres do mundo. Concordamos com o autor Capucha (2014) que isso se deve ao chamado Estado “social” e suas políticas sociais, cuja origem está relacionada a luta de classes, aos projetos de classe em disputas e aos pactos e conciliações realizadas nos países ocidentais que criaram os modernos sistemas de proteção social.

4 ESTADO, PROTEÇÃO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS

Deve-se ressaltar, para fugir das visões românticas e a-classistas sobre o chamado Estado “social”, que a política social, principal forma de resposta às refrações da questão social, são contraditórias, decorrem dos embates e consensos. Logo, os sistemas de proteção social, como destaca Pereira (2016) não surgem exclusivamente com objetivos de atender necessidades sociais, além de variados entre os países eles visam consensos em torno da ordem.

Na periferia do sistema capitalista, a forma como o Estado periférico, capturado pelas classes dominantes, é subserviente às necessidades da acumulação do capital nacional (associado ao capital internacional) e ao capitalismo imperialista, mantendo e atualizando as relações de dependência, vai gerar particularidades na forma de estruturação dos seus sistemas de proteção social. Essas relações também incidem sobre as formas como se estrutura a classe trabalhadora, nas suas formas de organização política, nos embates de classe, nos canais de institucionalização de suas demandas e reivindicações no aparelho de Estado, na abertura ou fechamento destes canais.

Essas peculiaridades vão incidir nos sistemas de proteção social, mas estes dependeram



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da luta de classes, apesar da perspectiva de concessão dada pela classe dominante, para reduzir o potencial das lutas sociais. As relações de dependência postas pelo imperialismo também estão na origem das limitações do alcance destes sistemas nos atendimentos das necessidades sociais.

Assim, apensar das limitações, as políticas sociais também na periferia, são as responsáveis pela longevidade nos trópicos. A classe dominante sempre foi longeva, mas à classe trabalhadora lhe era negada este direito pelo desgaste prematuro, adoecimento e maior mortalidade. Assim, embora a literatura atribua a saúde, às tecnologias, aos medicamentos à longevidade, sem o acesso da população, ou grande parte desta, aos medicamentos, vacinação, tratamentos de saúde, ao saneamento, água tratada e canalizada, mas também, à renda dos benefícios sociais, moradias, serviços sociais, dentre outros, parte da classe trabalhadora mais protegida, não poderia envelhecer e ter uma sobrevivência maior.

Uma das políticas sociais mais antigas foram os sistemas previdenciários, que garantiam acesso à saúde e à renda, ou direito à aposentadoria. Elas decorreram de embates e lutas sociais dos trabalhadores por proteção social. Mas, os mais frágeis dentro da classe trabalhadora, que compõem os excedentes de força de trabalho, não tinham acesso a política previdenciária. Acessaram aos mínimos sociais nos anos 1970, mas somente com a institucionalização do benefício de prestação continuada (BPC), em vigor apenas em 1996, puderam acessar aos benefícios no valor de um salário

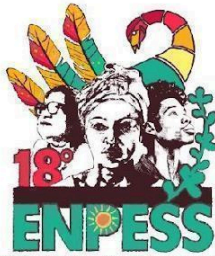
mínimo por serem idosos/as pobres. Com a CF/88, o acesso à saúde se tornou universal. Nos anos de 2000, criou-se o Sistema Único de Assistência Social, programas de transferência de renda pelo critério de pobreza, isso para retratar as principais conquistas.

Porém, além de tardios os sistemas de proteção social com base nos direitos sociais e dever do Estado, sofreram e vêm sofrendo revés, contrarreformas limitadoras de acessos, que instituem critérios ultra seletivos para expulsar os que podem pagar para o mercado.

Estas mudanças no cenário mundial começam nos anos de 1980, como respostas à crise capitalista dos anos de 1970, que apesar das especificidades tem em comum com outras crises o fato de que,

[...] a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (Netto; Braz, 2007, p.157).

As causas também são múltiplas e diferente dos detonadores que são efeitos imediatos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Geralmente as causas são; i) a anarquia da produção; ii) superacumulação (superprodução de mercadorias); iii) subconsumo das massas trabalhadoras; iv) queda da taxa de lucro.

O capital nas décadas seguintes agiu como sujeito histórico, mudando tanto o modelo de acumulação, quanto o de regulação social, com a reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo. O que vem permitindo uma recomposição nas correlações de forças nas frações da classe dominante, com a hegemonia do capital financeiro associado ao capital industrial reestruturado, e entre as classes burguesas e dos trabalhadores, sendo também uma ofensiva contra a classe trabalhadora que a fragmenta e reduz seu poder organizativo e de oposição à ordem.

A grande virada neoliberal – enquanto uma nova racionalidade, forma de organização das relações sociais e interpessoais, segundo Dardot e Laval (2016) ocorre com as saídas da crise na etapa do capitalismo financeiro, em que o neoliberalismo é

colocado como a única saída possível. Etapa em que a superestrutura (jurídica, políticas, ideológica e cultural) do novo modelo de acumulação (flexível, globalizado e financeirizado) está claramente posta.

Nos anos mais recentes há um recrudescimento do neoliberalismo e ascensão da “Nova Direita” e do extremismo de parte dela (extrema direita); esta “Nova Direita” é composta pelo ultraneoliberalismo e neoconservadorismo (totalitário, autoritário e antidemocrático e de ampliação das marginalizações), com grandes retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas.

O capitalismo financeiro representa a fase do capitalismo marcada pela superexploração e hegemonia do capital bancário - união entre capital industrial e o bancário; centralidade no mercado de ações e no sistema especulativo de crédito, juros, valorização, etc.; nova etapa da concentração e centralização do capital; transformações de dívidas em “ativos” que podem ser comercializados como se fossem mercadorias. No capitalismo financeiro os rentistas e grandes acionistas mundiais se favorecem das políticas neoliberais e impõem estas políticas como forma de regulação (liberdade comercial, abertura da economia ou inserção na globalização, fim das tarifas alfandegárias, moeda estável, controle da inflação, juros altos, liquidez dos ativos, privatizações, contrarreformas das políticas trabalhista, sociais, tributárias, administrativas).

Esta nova etapa reatualiza o imperialismo, denominado por Harvey (2014) “Novo Imperialismo” que institui o modelo de acumulação por espoliação, expropriações diversas, superexploração, ancoradas na subtração de direitos anteriormente conquistados pela classe trabalhadora; do fundo de reprodução do trabalhador com a superexploração e redução salarial, destruição dos recursos ambientais e privatização dos bens públicos, dentre outros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O ataque ao dito Estado “social” e demandas por uma Estado enxuto, menor, com equilíbrio fiscal; aos direitos dos trabalhadores - trabalhistas e sociais, terá implicações a médio e longo prazo no envelhecimento desta classe, já instituindo situações em que os trabalhadores/as nunca se aposentarão, mortes prematuras pelas condições em que trabalham, achatamento das aposentadorias e pensões, restrições no seu acesso, sendo um retrocesso, que impulsiona as lutas, ainda que tenham muitos obstáculos para serem vistas, legitimadas e aceitas.

Teixeira (2009), já apontava que havia nas políticas sociais de nova geração (com o avanço das contrarreformas neoliberais no país) uma nova cultura que ela denominou de privacionista, marcada:

1- pela assunção das responsabilidades sociais com as mazelas sociais para a sociedade civil, como parte do *métier* de fazer política social na contemporaneidade;

2- reforço da responsabilidade individual e familiar, de cada um pelo seu bem estar, através da reatualização das terapias de integração, socialização, reinserção, as quais têm por alvo o indivíduo, transmutando problemas sociais em problema individual (velha estratégia constantemente reatualizada).

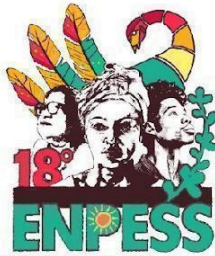
Essas novas simbioses entre o público e o privado se expressam nas retóricas de ampliação da esfera pública para a sociedade civil, para o privado, através da participação ativa de suas organizações, da autonomia das famílias, que mascaram a cultura privacionista.

Nessa perspectiva, as políticas sociais dirigidas às pessoas idosas baseadas nos princípios da OMS do Envelhecimento saudável, presentes na política de saúde e de assistência social, promovem essa cultura da individualização, autoresponsabilização:

Ao propagarem receitas de “bom viver à velhice” desconsiderando as condições de existência, de trabalho e saúde dos trabalhadores, funcionam como ideologias que mascaram as velhices trágicas da classe trabalhadora. Nos serviços socioassistenciais apesar de mobilizarem a maioria de mulheres idosas, negras e de periferia, não há uma referência a elas, sobre a dívida histórica causada pelas assimetrias.

Como destaca Debert (1999, p.229) “os problemas ligados à velhice passam a ser tratados como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, se atinge a velhice no isolamento e na doença, é culpa exclusivamente dele”, da sua família, na imprudência, dos maus hábitos e estilos de vida inadequados.

Ainda conforme a autora, “o processo de reprivatização da velhice é resultado de uma interlocução intensa dos gerontólogos com a mídia e com os espaços sociais criados em torno do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

envelhecimento” (p.230), porque não dizer do capitalismo financeiro, da indústria reestruturada e dos serviços em busca de nichos de mercado e da valorização da individualização e mercantilização, uma pseudovalorização das velhices com fins mercantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas sociais perderam muito de sua força com o fim do socialismo real, com as formas precárias e informais de trabalho que fragmentam ainda mais a classe trabalhadora e ganharam formas plurais de reivindicações, resistências e agrupamentos.

Movimentos sociais feministas, ambientalista, contra o racismo, dos indígenas, dos grupos LGBTQI+ , pelos direitos de pessoas idosas, dentre outros, muitos deles

fragmentados, difusos, mostram que “o campo da luta anticapitalista, anti-imperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente” (Harvey, 2014, p.142), que ao invés de serem tachados pelos movimentos sindicais e trabalhistas como inúteis, ingênuos, autodestrutíveis, devem ser por eles acolhidos, incentivados, como tentativas de minar a ordem, mostrar força e resistências, além da busca de elos comuns.

A falta desta unificação reduz o peso das oposições e tem deixado o capital livre para espoliar direitos, instituir a barbárie social, superexplorar sem medida, destruir a natureza e tomar por assalto os bens públicos mediante privatizações.

Esse cenário coloca muitos desafios à longevidade como conquista e ameaça o direito à velhice digna, protegida e valorizada da classe trabalhadora, especialmente, das novas gerações de trabalhadores/as, com maior incidência de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Só as lutas sociais poderão reverter este quadro imediato e apontar outros caminhos para a garantia da vida em sociedade sem explorações e opressões.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BENEDITO, J. de O. A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao “Racismo e Ageísmo”: um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UNESP, Franca, 2022.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BIROLI, R; MIGUEL, L. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na produção das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAPUCHA, L. Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 74, p. 113-131, fev. 2014

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 7, n. 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

EURICO, M. C.; SILVA, M. L. O. E.; PASSOS, R. G.; GONCALVES, R. (Orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo. n. 86, p. 93-103, 2010.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2017.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019.

MAGALHÃES, D. N. **Invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Ed. Papagaio, 1989. MARX, K;

ENGELS, F. A. **Manifesto do partido comunista**, São Paulo: Cortez, 1988.

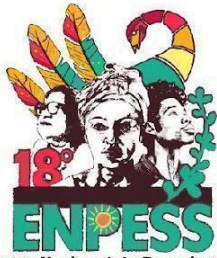
MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ONU. **Relatório Mundial sobre Idadismo**. OPAS/ONU, 2022.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. (Orgs.) **Relatório Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)**. Garamond Universitária, 2011.

PEREIRA, C. P. P. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social n sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v.1, n.1, p.63-77, jul./dez. 2009.